

O CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC com sede em Florianópolis na Rua Murilo Andriani, nº 327, Itacorubi, CEP 88.034-902, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.043.745/0001-65, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Sergio André Maliceski e por seu Vice-presidente de Tecnologia, Luis Haroldo de Mattos e a empresa ALMAQ – EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, com endereço na rua Vinte e Um de Abril, 250, Conjunto 02, Centro, CEP 83.323-030, Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.968.874/0001-27 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Elisete da Cunha Hames Mendes, têm entre si, justo e contratado a prestação de serviços de impressão, no âmbito do CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, e que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

- 1.1 O presente contrato **fundamenta-se** na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, disponível em http://www.transparencia.ciasc.sc.gov.br, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, pela Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, pela Resolução CPF nº 017/2006, de 19 de junho de 2006, Decreto nº 2.617 de 16 de setembro de 2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 1.2 O presente contrato vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 015/2020, constante do processo CIASC nº 0139/2020 e da proposta da CONTRATADA, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização, contemplando o fornecimento de equipamentos multifuncionais do tipo mono e policromáticas, no âmbito do CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina, por período de 36 (trinta e seis) meses, conforme Termo de Referência, demais anexos e condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico 015/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE

3.1 - O presente contrato tem os valores unitários, de acordo com a tabela abaixo:

Tipo impressão	Franquia de consumo mensal (páginas)	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	
Página impressa monocromática	19.000	0,14	2.660,00	
Página impressa colorida	500	1,50	750,00	
VALOR TOTAL	3.410,00			
VALOR TOTAL GLOBAL POR EXTENSO: (Três mil quatrocentos e dez reais)				

- 3.1.1- Pela página impressa **monocromática** excedente o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor unitário de R\$ 0,14 (quatorze centavos).
- 3.1.2- Pela página impressa **colorida** excedente o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor unitário de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos).





- 3.2 O presente contrato tem um valor para 36 (trinta e seis) meses estimado de **R\$122.760,00** (Cento e vinte e dois mil, setecentos e sessenta reais).
- 3.3 No preço deverá estar incluso todo o valor incidente, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros, garantia, encargos e demais despesas inerentes, não sendo admitido qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.
- 3.4 O preço dos serviços, objeto do presente Contrato será irreajustável pelo período de 12 (doze) meses. Decorrido este prazo os preços poderão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, mediante negociação, limitada a variação do IGP-DI Índice Geral de Preço Disponibilidade Interna, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre o mês anterior a assinatura do contrato ou o último reajuste e o mês anterior ao mês que será reajustado.
- 3.5 Caso se verifique a extinção do índice de reajuste estipulado no item 3.4, este será substituído por outro índice na forma da lei, na sua falta um novo critério será acordado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1 Os serviços serão pagos mensalmente, de acordo com os valores estabelecidos como franquia e as páginas excedentes, de acordo com relatório de medição. O gestor do contrato deverá emitir o aceite do relatório de medição.
- 4.1.1 O pagamento será efetuado no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente a execução, mediante apresentação das notas fiscais/faturas e condicionado ao aceite pela área competente do CONTRATANTE.
- 4.1.2- Caso o CONTRATANTE deixe de cumprir com o pagamento na data prevista, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores poderão ser corrigidos monetariamente através do IGP-DI – Pro Rata Tempore.
- 4.2 O CONTRATANTE não efetuará o pagamento de títulos descontados ou por cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros através de operação de *factoring*.
- 4.3 Os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE serão liquidados por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA.
- 4.4 No ato do pagamento, se houver sido imposta qualquer multa o valor correspondente será deduzido da quantia devida.
- 4.5 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, mediante a apresentação por parte da CONTRATADA dos seguintes documentos devidamente atualizados:
 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS.
 - II) Prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional** de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e a **inscrições em Dívida Ativa da União** junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
 - III) Prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina** e, se for o caso, do Estado em que for sediado a CONTRATADA, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto nº 3.884, de 26.08.1993.
 - IV) Certidão Negativa de Falência ou recuperação Judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da CONTRATADA.





- V) Comprovante de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU), mantido pela Controladoria Geral da União.
- 4.5.1 A não apresentação do documento exigido no subitem 4.5 implicará, automaticamente, na suspensão do pagamento das faturas.
- 4.6 A CONTRATADA deverá encaminhar o arquivo da Nota Fiscal Eletrônica para o "e-mail": nfe@ciasc.sc.gov.br.
- 4.7 Como contribuintes sediados em Florianópolis, o CIASC está enquadrado como substituto tributário, devendo reter na fonte o Imposto Sobre Serviços (ISS), Lei Complementar nº 126, de 28 de novembro de 2003.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

- 5.1 O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses a partir do dia 01 de junho de 2020, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos por termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após verificação da real necessidade e com vantagens à Administração Pública, conforme a Lei no. 13.303/2016 e o regulamento de compras do CIASC
- 5.2 Dos serviços: O prazo para início da execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias após o início da vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 A CONTRATADA obriga-se a executar com zelo e atenção todos os serviços, atendendo em padrão e prazos as exigências e demais termos acordados no Edital de Pregão Eletrônico 015/2020, seus anexos, e no Contrato.
- 6.2 Alocar a equipe técnica necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como equipamentos, softwares e outros para plena execução dos serviços;
- 6.2.1- Comprovar que dispõe de pessoal qualificado, conforme especificado no item 3 do Termo de Referência, anexo I do Edital.
- 6.3 Instalar os equipamentos, do tipo e quantidades constantes no Anexo I Termo de Referência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato;
- 6.3.1- Os equipamentos deverão ser instalados no seguinte local: Dependências do Centro de Informática e Automação de Santa Catarina CIASC, localizado na Rua Murilo Andriani, 327 Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina.
- 6.4 Fornecer o material de consumo (toner, cilindro, cartuchos de tinta), exceto grampos e papel, de acordo com sua respectiva durabilidade média e em quantidade suficiente, para atender à produção de cópias;
- 6.4.1 Os materiais deverão ser entregues nos locais de instalação dos equipamentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do CONTRATANTE, devendo ser entregue na instalação dos equipamentos 2 (dois) kits de toner, sendo 1 (um) para reserva.
- 6.5 Entregar, instalar e testar os equipamentos contratados, nos locais descritos no Anexo I Termo de Referência, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, ficando garantido o direito do CONTRATANTE de recusar, no todo ou em parte, qualquer equipamento rejeitado pelo controle de qualidade, obrigando-se a CONTRATADA a promover a sua imediata substituição.





- 6.6 Encarregar-se, dos serviços técnicos de manutenção corretiva dos equipamentos locados, substituindo por sua conta, todas as peças e componentes que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos;
- 6.6.1 A manutenção corretiva consiste no reparo de qualquer defeito para o perfeito funcionamento dos equipamentos, o fornecimento de todas as peças e componentes necessários, mediante solicitação do CONTRATANTE ou quando identificado pela CONTRATADA, devendo ser realizada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação de existência de problema;
- 6.6.2 Para fins de contagem do prazo previsto no item anterior não serão considerados sábados, domingos e feriados, sendo que os serviços deverão ser realizados no horário compreendido entre 08:00 e 18:00 horas.
- 6.7 Durante a execução do contrato, havendo alteração do endereço ou novas instalações, a empresa CONTRATADA deverá providenciar a instalação do equipamento no novo endereço, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 6.8 Efetuar mensalmente a leitura dos equipamentos, deixando no local de instalação dos mesmos, o relatório da leitura efetuada.
- 6.9 Fornecer treinamento para até 5 (cinco) empregados do CONTRATANTE, afim de capacitar os gestores do contrato a utilização do Software.
- 6.10 Instalar o Software, incluindo os códigos fonte, no servidor virtual disponibilizado pelo contratante, bem como ceder a uso o software ofertado.
- 6.11 Comunicar o CONTRATANTE por escrito e em tempo hábil, qualquer anormalidade que esteja impedindo a execução do objeto, prestando os esclarecimentos julgados necessários.
- 6.12 Prover o CONTRATANTE das informações necessárias à adequada execução do objeto.
- 6.13 Cumprir e obedecer às normas internas de segurança, de acesso e permanência nas dependências físicas do CONTRATANTE, quando necessária à execução do objeto.
- 6.14 Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que necessário.
- 6.15 Manter as informações de contato do preposto atualizadas durante a vigência do contrato e informar imediatamente ao CONTRATANTE no caso de substituição do preposto.
- 6.16 Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação.
- 6.17 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quando da execução dos serviços.
- 6.18 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente contrato.
- 6.19 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos, materiais ou morais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas, quando da execução dos serviços.





- 6.20 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CIASC e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.
- 6.21 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CIASC, no tocante a execução do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato.
- 6.22 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 6.23 Tomar conhecimento e responsabilizar-se para que todos os seus funcionários tomem conhecimento e atendam as normas do Código de Conduta e Integridade do CIASC.
- 6.24 Guardar sigilo sobre as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1 Prestar à CONTRATADA todas as informações que sejam necessárias a plena execução do objeto
- 7.2 Providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e aditamento(s), se ocorrer.
- 7.3 Pagar a CONTRATADA, na forma estipulada no Cláusula Quarta do Contrato.
- 7.4 Dar o aceite e recebimento do objeto do presente Contrato, se atendidas todas as condições.
- 7.5 Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato sob todos os aspectos, inclusive, quanto ao fiel cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas da CONTRATADA relatando as irregularidades, quando for o caso.
- 7.6 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução do contrato.
- 7.7 Rejeitar, no todo ou em parte, serviços prestados em desacordo com o escopo e especificações técnicas estabelecidas neste termo de referência
- 7.8 Aplicar à CONTRATADA, quando necessário, as sanções legais cabíveis, garantida a ampla defesa

CLÁUSULA OITAVA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

8.1 - A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possam ter acesso, durante a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

- 9.1 O contrato **poderá ser rescindido**, nos termos previsto na Seção XI Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial:
- 9.1.1 Por ato unilateral de qualquer das partes, precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
 - 9.1.1.1- Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.
- 9.1.2- Amigavelmente, ressalvado o interesse público, por acordo das partes, mediante





formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardados o interesse do CONTRATANTE e mediante prévia justificação.

- 9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 9.1.4 No descumprimento de suas obrigações legais e/ou contratuais pelas partes assegurando à outra parte o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 9.1.5 A rescisão do contrato, motivada pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações legais e/ou contratuais, sujeita a CONTRATADA a multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, independentemente de outras multas aplicadas por infrações anteriores.
- 9.1.6 Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste Contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.
- 9.1.7 Na aplicação destas penalidades e das demais previstas neste instrumento serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital, no Contrato, no Capítulo III DAS SANÇÕES, do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, e na Seção III Das Sanções Administrativas da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
- 10.2 A licitante que convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, ou deixar de entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária do direito licitar e de contratar com o CIASC, por período de até 2 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do CIASC, pelo prazo de até 2 (dois) anos e realizado seu registro no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.





Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso serão abertos vista do processo aos interessados.

- 10.3 A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos ao CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, principalmente nos casos abaixo:
 - a) Descumprimento das obrigações contratuais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE;
 - b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos no desenvolvimento dos serviços contratados, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

10.4 - Multa:

- a) No caso de interposição de recursos meramente procrastinatórios, de não regularização da documentação de habilitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, no atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- b) No caso de atraso injustificado por parte da CONTRATADA na execução do objeto contratado, a partir do primeiro dia, a mesma sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor contratado, que não excederá a 10% (dez por cento) do montante, que poderá ser descontado dos valores eventualmente devidos pelo CONTRATANTE e/ou cobrados de outra qualquer forma legal.
- c) No caso de descumprimento das obrigações legais e das Cláusulas Contratuais pela CONTRATADA, que ensejem a rescisão da presente avença; multa de mora de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.
- d) No caso de inexecução total, multa não superior a **30%** (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

Parágrafo Primeiro - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Segundo - A multa aplicada a CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ele devido, cobrado diretamente ou judicialmente.

- 10.5 A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:
 - a) apresentação de documentos falsos ou falsificados:
 - b) reincidência de execução insatisfatória do contrato;
 - c) atraso, injustificado, na execução dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
 - d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
 - e) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;





- f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) prática de atos ilícitos visando a prejudicar a execução do contrato;
- h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a CONTRATADA, idoneidade para contratar com o CONTRATANTE;
- i) outros atos de ação ou omissão capazes de causar, ou que tenha causado dano ao CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 11.1 A execução do objeto do contrato será fiscalizada pelo fiscal de contrato, designado por resolução do CIASC, em conformidade com o Capítulo II, Seção IV do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, o qual caberá comunicar formalmente o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, devendo a CONTRATADA o fornecimento de relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.
- 11.2 O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar a execução do objeto contratado, no todo ou em parte, sempre que não atender aos padrões técnicos exigidos.
- 11.3 A CONTRATADA deverá credenciar preposto para representá-la junto ao CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 O presente contrato obriga as partes contratantes, por si e seus sucessores, sendo expressamente vedada a sua transferência, no todo ou em parte, a terceiros, sem o consentimento expresso e por escrito do outro contratante.
- 12.2 A CONTRATADA declara que tomou conhecimento prévio do conteúdo deste contrato, com tempo suficiente para reflexão e assimilação dos requisitos e condições ora avençadas, considerando os termos do instrumento negocial claros, perfeitamente legíveis e de natural compreensão.
- 12.3 Se qualquer das partes, em qualquer tempo, deixar de observar as cláusulas e condições deste contrato e a outra não exigir o seu cumprimento de imediato, constituir-se-á em ato de mera liberalidade, não podendo, jamais, ser entendido ou surtir efeitos de novação ou alteração às disposições contratuais.
- 12.4 Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade do contribuinte, conforme definido na lei tributária.
- 12.5 A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.
- 12.6 O presente contrato foi elaborado de acordo com o Processo CIASC 0139/2020 Pregão Eletrônico nº 015/2020, sujeitando-se as normas pertinentes.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir quaisquer litígios que possam surgir, as partes elegem, com exclusão de qualquer outro e por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento, juntamente com as testemunhas.

Florianópolis, 28 de maio de 2020.

Pelo Contratante:			
Sergio André Maliceski Presidente	Luis Haroldo de Mattos Vice-presidente de Tecnologia		
Pela Contratada:			
Elisete da Cunha Hames Mendes Representante Legal			
Testemunhas:			
Flávio Ramos Gerente de Rede	Matheus Norberto Gomes Gerente de Finanças		

